

Quando a escola vira rua: notas para uma política urbana por vir

Gabriel Schvarsberg

Arquiteto e Urbanista, doutor em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor adjunto do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Escola Superior de Desenho Industrial da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

De ruínas, memórias e outras histórias

Em setembro de 2019 organizei uma visita à Biblioteca Parque de Manguinhos como parte de uma disciplina do curso de Arquitetura e Urbanismo da UERJ. A turma foi recebida por uma moradora que nos conduziu pela biblioteca e por algumas ruas do bairro. A biblioteca, fechada em 2016 por falta de verbas e reaberta em 2018, quase dois anos depois, estava em estado crítico, funcionando mais por militância dos funcionários do que pela capacidade de sua estrutura, outrora exemplar e agora deteriorada e subutilizada por falta de manutenção e recursos. Ao caminhar pelas ruas, as marcas da violência que dominam o território se apresentavam, ora de modo sutil, como pela troca de olhares de nossa anfitriã com outros moradores a cada virada de esquina a fim de verificar se estava seguro seguir com a turma; ora de forma explícita, como quando fomos convidados a parar em frente a uma placa, feita pelo coletivo Mães de Manguinhos¹, onde se inscrevem os nomes de 16 jovens mortos pela guerra às drogas, um monumento comunitário à memória de seus filhos e da tragédia da favela.

Além dessas tristes memórias, que denunciam a violência estrutural a que está submetido este, como a maioria dos territórios populares, o lugar reavivava também outras, que remetiam a outro tempo, quando conheci em 2016 a escola Compositor Luiz Carlos da Vila, localizada em frente à Biblioteca Parque, na época ocupada por seus estudantes enquanto os professores da rede pública promoviam uma greve por melhores condições salariais e de trabalho. Como fantasmas habitando as ruínas de um projeto inconcluso, as memórias do encontro com os estudantes reavivavam a percepção de um certo *dispositivo urbano-político* que agiu sobre aquele território e naquele momento já se mostrava desmantelado, mas também evocavam a potências de suas linhas de fuga, das quais a ocupação fora uma expressão encarnada. Esses sussurros contavam outra história, que não a da violência, nem a das grandes narrativas da polarização macropolítica que dividiu o Brasil de 2016 entre vermelhos e verde-amarelos² e entregou o país a governantes de extrema-direita (ou o “libertou da esquerda”), mas a história de um

¹ "Movimento formado por Mães da Favela de Manguinhos RJ, que tem filhos encarcerados ou que perderam seus filhos pelo braço armado do Estado, a polícia Racista e Fascista Brasileira." <https://www.facebook.com/maesdemanguinhos/>. Acesso em dez/2019.

² Esta polarização começa a partir das disputas narrativas sobre os sentidos das manifestações de junho de 2013 e se intensifica nos anos seguintes, passando pelas eleições de 2014 e encontrando seu ápice no ano de 2016, quando do antagonismo entre manifestações de rua a favor do impeachment de Dilma e daquelas em defesa de seu governo e denúncia de golpe.

experimento de outros modos de fazer política, articulando educação e cidade por meio de um tipo de participação em tudo diferente dos modelos difundidos pela política urbana oficial.

Ailton Krenak (2019) ensina que contar *mais uma* história é sua forma de adiar o fim do mundo e não sucumbir a um tipo de humanidade zumbi que desistiu da capacidade de sonhar. O sonhar de Krenak, diferentemente do significado que atribuímos àquela experiência cotidiana quando dormimos, não é “abdicar da realidade” ou “renunciar ao sentido prático da vida”. É, ao contrário, um exercício disciplinado, uma instituição ligada “à tradição de diferentes povos que têm no sonho um caminho de aprendizado”.

Podemos encontrar quem não veria sentido na vida se não fosse informado por sonhos, nos quais pode buscar os cantos, a cura, a inspiração e mesmo a resolução de questões práticas que não consegue discernir, cujas escolhas não consegue fazer fora do sonho, mas que ali estão abertas como possibilidades. (KRENAK, 2019, p. 52)

Rememorar o encontro com a “Ocupa Compositor” em 2016 a partir desta visita em 2019, como um sonho no sentido proposto por Krenak, povoado de fantasmas, latências e ruínas, agir aqui como um veículo para indagar ao passado recente — em que esgota-se a hegemonia de um projeto progressista — sobre o que pode ser um futuro desejado para a cidade do Rio de Janeiro, diferente do fim do mundo que se nos oferece diariamente. A pergunta que move este procedimento e que seguirá até o fim do texto é: onde foi parar aquela energia política das ocupações de 2016? Esta pergunta que, adiante, terminará sem resposta, ressoa então como inquietação e provocação para buscar responder a outra: o que se poderia extrair daquela experiência para um projeto de cidade que seja diferente do que aí está e daquele que não se sustentou?

#Ocupa Compositor: habitar uma democracia de pés descalços³

Abril de 2016. Início da semana em que a câmara dos deputados vai votar o pedido de *Impeachment* de Dilma. Nas semanas anteriores frequentei alguns encontros organizados por ativistas autônomos para pensar os impasses daquele momento em que todas as lutas sociais eram tragadas pelo antagonismo do *impeachment* versus golpe. O

³ O relato que segue foi adaptado e atualizado a partir de trecho da tese de doutorado “Política das ruas: devires, feitiços, encruzilhadas e outras histórias de cidade” (SCHVARSBERG, 2017)

ponto central do debate desta semana era pensar como apoiar as ocupações secundaristas cariocas, que começavam a construir um contagiante e crescente movimento por fora do raio de ação e do interesse das narrativas da política institucional, dando sinais de vida inteligente além da guerra entre “coxinhas” e “petralhas”. Inspirados pelas ocupações que ocorreram em São Paulo no ano anterior, estudantes passaram a ocupar algumas escolas em apoio aos professores da rede pública, que faziam uma greve por melhorias salariais e de condições de trabalho.

Alguns dos participantes desses encontros já estavam em contato com colegas professores grevistas que apoiavam as ocupações de suas escolas e ajudaram a organizar uma visita a uma delas. Fomos então, eu e mais três colegas, numa segunda-feira bem cedo à Ocupação da Escola Compositor Luiz Carlos da Vila, em Manguinhos. A ideia era fazer uma visita rápida e ver como poderíamos colaborar, mas fomos tão calorosamente recebidos pelos estudantes, que acabamos passando o dia na escola, onde almoçamos, conversamos com alguns alunos e participamos de atividades.

Os primeiros estudantes ocuparam a escola na sexta-feira. No fim de semana juntaram-se mais alguns, enquanto outros passaram a apoiar durante o dia com alimentos, materiais, etc. Em apenas três dias já haviam organizado um esquema de funcionamento altamente elaborado: dividiram-se em comissões, limpavam os espaços de uso coletivo, esquematizaram um rodízio para segurança e controle de acesso, organizaram uma agenda de atividades por turnos, que iniciam-se sempre com uma assembleia onde todos podem falar e as informações e objetivos da ocupação são atualizados. Num curto tempo, além de aliados, fizeram também inimigos entre professores, funcionários, alunos e parentes.

Logo que chegamos, dois estudantes nos convidaram para um *tour* pela estrutura da escola, que havia sido inaugurada em 2009, mas já se encontrava bastante deteriorada. Eles nos mostraram salas onde foram encontradas pilhas de materiais didáticos nunca distribuídos aos alunos, inclusive *tablets* lacrados. Além desses materiais, encontraram também instrumentos musicais que o diretor escondia, dizendo que haviam sido roubados, e agora eram usados para animar os momentos festivos da ocupação. Andamos pela área externa onde, em meio a um matagal, uma piscina semiolímpica desativada encontrava-se em estado insalubre. Na cozinha, a comissão da cantina preparava o almoço, mesmo com a água cortada há mais de 15 dias. No fim da manhã participamos

de uma aula sobre democracia, numa enorme roda, proposta por dois professores grevistas, que gerou participações bastante entusiasmadas. Isso por que já circulava por todas as situações uma ética democrática, expressa por um cuidado para que todos pudessem falar e para que nenhuma decisão acontecesse fora da assembleia. Por exemplo, tudo o que era aos poucos descoberto ou resgatado era imediatamente anunciado e colocado à disposição do coletivo. Na assembleia, pudemos acompanhar o momento de discussão e atualização das reivindicações, que nos pareceram absolutamente legítimas e dizem muito do contexto e dos desejos dessa subjetividade. Entre as que registrei constam:

- > *Direito a votar para escolher o diretor* (o atual, escolhido por indicação política, os tratava como inimigos).
- > *Fim da presença diária de policiais militares na escola armados com fuzis.*
- > *Direito a formação de Grêmio Estudantil, atualmente proibido.*
- > *Passe livre estudantil nos finais de semana.*
- > *Projetos e passeios fora da escola.*
- > *Abertura da escola para a comunidade, aproveitando a estrutura física para oferecer atividades culturais e esportivas.*
- > *Reabertura dos laboratórios (química; informática; audiovisual).*
- > *Aumento salarial para seus professores.*

Isso que parece o mínimo para uma educação associada à produção de cidadania — em seus sentidos urbano e político — representa neste contexto precarizado de educação pública um horizonte distante. Ainda assim, se algumas dessas reivindicações podem soar simples e até mesmo pouco ousadas, a dinâmica da ocupação produzia um território novo onde educação, gestão do espaço, do tempo e dos afetos coletivos estavam completamente imbricados.

A autonomia que ia se cultivando no processo de autogestão do espaço e das atividades fazia de todo problema uma oportunidade de aprendizado e, com isso, um espaço em ruínas convertia-se na escola “perfeita”, no sentido de que tudo estava por ser construído. De uma aula de filosofia a uma oficina de teatro, de técnicas de jardinagem à problemas com a rede elétrica, as demandas encontravam na rede de apoiadores formada por professores, parentes, e pelas ocupações de outras escolas, um professor ou facilitador. Além disso, os estudantes traziam de casa, da rua, da comunidade, outros saberes que

passaram a ser valorizados na escola ocupada, que iam da gestão da cozinha à pintura de paredes, passando pela bateria e o samba no pé do desfile da Ocupa Compositor que animava os intervalos entre atividades com convidados. A ocupação parecia conter uma semente didática intrínseca que germinava de seu próprio caminhar.

O *ocupar* converte-se, paulatinamente, em *habitar* ao liberar um potencial de aprendizado ativado pelos processos de conversão de espaços outrora limitadores em territórios de construção de novas possibilidades. Habitar a escola era, afinal, transfigurar também a típica experiência escolar: fragmentadora do conhecimento, repleta de abstrações e normatizadora das relações. Por inversão operada pelo desejo dos ocupantes, sem que nenhuma entidade centralizadora indicasse o caminho, gestava-se outro projeto pedagógico: uma experiência formadora de cidadãos críticos, apoiada no fomento à autonomia e à coletivização dos processos, com conteúdos aplicados a problemas e situações concretas do cotidiano dos estudantes e articulando escola e comunidade, fazendo do espaço educativo um lugar aberto à circulação de saberes.

Como sujeitos ativos de um processo político-pedagógico, os estudantes-habitantes discutiam as dinâmicas internas relativas à gestão do espaço, do tempo, dos recursos e das atividades, tanto quanto as estratégias externas relativas à comunicação dos sentidos da ocupação para a comunidade e a sociedade. Na assembleia da tarde, por exemplo, uma estudante sugeria que ao invés de adotar uma típica postura de denúncia contra o Estado, melhor seria mostrar ações de transformação prática para comover a sociedade e atrair apoio para a ocupação. Demonstrava assim uma sensibilidade estratégica, que na realidade refletia a própria experiência do “habitar” (ativo) que a ocupação sobrepôs ao “frequentar” (passivo) a escola. A comissão de manutenção era a responsável por essas melhorias já visíveis: fechou um buraco na cerca para acabar com as invasões de usuários de drogas, pintou algumas paredes e estava organizando para aquela semana um mutirão para capinar o mato e limpar a piscina.

Foi este obstinado movimento "de formiguinhas" em uma escola de Manguinhos que nos contagiou; o de uma ocupação estudantil repleta de alegria, força e humor em meio a — e apesar de — tanto descaso, dificuldades e violência que marcam as vidas naquele território. Uma experiência de democracia de pés descalços, tentativa, precária, mas cheia de potência e expressão visível de muitos dos afetos que vêm reorganizando a discursividade no campo das esquerdas nesta última década, pois era notável o

protagonismo de adolescentes majoritariamente negros e das lideranças femininas e LGBTs. Era essa a vida inteligente que nos encheu de esperança naquele fatídico 2016. Quando chegamos à escola, a notícia era de que já havia 19 escolas ocupadas no estado. Durante o dia, sempre que alguém chegava anunciando que mais uma escola havia sido ocupada toda a escola celebrava com apitos, dança e batucada. Ao longo das semanas que se seguiram o número chegou a 76.

Um dispositivo urbano-político e suas linhas de fuga

Em algum momento do dia me deparei com a placa de inauguração da escola, datada em 03/02/2009, ano de lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida e também da escolha do Rio como cidade-sede dos Jogos Olímpicos. A placa mostra que a escola havia sido inaugurada pelo então presidente Lula, sua ministra-chefe da casa civil, e naquele momento “mãe do PAC”, Dilma Roussef, o Governador Sergio Cabral e o Secretário de obras e vice-governador Pezão. Os estudantes mostraram a foto que encontraram emoldurada na parede da sala da direção com essas figuras em meio a professores e estudantes da nova escola.

Ao olhar esses nomes, instantaneamente meus pensamentos foram atravessados por questões que conectavam aquela escola da Zona Norte do Rio a agenciamentos políticos e econômicos que estavam no cerne dos paradoxos daquele Brasil de 2016. É que a escola do #Ocupa Compositor foi construída como parte do PAC Manguinhos, um enorme e ambicioso projeto urbano que movimentou contratos de mais de 500 milhões de reais⁴ e foi um dos cartões-postais do chamado PAC Favelas no Rio de Janeiro. O programa levantou possibilidades nunca vistas para a intervenção em favelas⁵, mas frustrou as expectativas otimistas iniciais ao dar prioridade a intervenções midiático-militares e aos interesses da aliança político-empresarial em detrimento das demandas reais e da participação dos moradores, que ficou apenas no discurso (SILVA, 2018; BENETTI,

⁴ <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/cabral-e-denunciado-pela-7-vez-por-fraude-de-mais-r-700-milhoes-em-obras-no-rj.ghtml>. Acesso em set/2017

⁵ Benetti (2018) cita três variáveis que diferenciavam esta das experiências anteriores: o enorme vulto dos recursos, que agora provinham da escala Federal; a “participação democrática” explicitamente colocada como essencial pelo programa; e a ampla oferta de habitação, que permitiria des-densificar partes do tecido da favela ampliando o espectro das obras de infraestrutura. No Favela-Bairro, os recursos limitados não permitiam realizar grandes ações em habitação e o enfrentamento das questões de saneamento foi bastante comprometido pelos limites do âmbito municipal do programa, que não permitia gerar soluções integradas já que os serviços de abastecimento de água e esgotamento são atribuição do governo estadual.

2018).

Os atravessamentos se amplificam quando uma placa ainda mais chamativa, à frente daquela primeira, anuncia destacadamente a marca da Andrade Gutierrez, construtora responsável pela obra da escola e do complexo do PAC Manguinhos. Esta foi uma das principais empreiteiras envolvidas em práticas de corrupção junto ao governo do Estado, cujas relações se deram desde o financiamento de campanha e “caixa 2” à práticas de propina e formação de cartel que levaram à prisão não só seus executivos como os dois últimos governadores do Estado⁶.

A relação entre empreiteiras e governos, financiamento de campanhas e financiamento de grandes obras de infraestrutura e reestruturação urbana constituíram as tramas que deram sustentação ao que se pode denominar um dispositivo urbano-político que vigorou de modo intenso entre a segunda metade dos anos 2000 e 2016. A inserção do “urbano” como contraparte constituinte de um dispositivo político ganha sentido não apenas porque a paisagem das cidades brasileiras foi extensivamente modificada pelos investimentos realizados nesses anos mas, sobretudo, porque os modos com que se operaram essas transformações foram constituintes das linhas de força, de visibilidade e de enunciação do dispositivo político.

Em um texto curto, Deleuze (1996) esboça o que chama de uma “filosofia do dispositivo” a partir do pensamento de Foucault. O dispositivo de Foucault assume para o filósofo a imagem de um novelo que é preciso desenredar para traçar uma cartografia feita de linhas, com seus fluxos, movimentos, intensidades e relações variáveis que configuram processos em constante desequilíbrio e tensão. As linhas possuem naturezas diversas, mas podem ser agrupadas segundo três dimensões. A primeira é a dimensão do saber, com suas linhas de enunciação e visibilidade. A segunda é a dimensão do poder, com suas linhas de força que conectam e costuram cada uma das outras linhas. A terceira abriga a dimensão da subjetividade, formada pelas linhas de fuga e de criação, que escapam às “máquinas de fazer ver” e “fazer falar” ainda que emergem de seus processos.

⁶ Se estas relações trazem para essa história a operação Lava-Jato, um agenciamento que teve papel central nos acontecimentos e nas grandes narrativas da política recente, buscarei mantê-la estrategicamente periférica, pois a história aqui contada busca lançar luz a outros paradoxos, que não passam por julgar se os acordos de leniência firmado com os executivos das empreiteiras dão provas de esquemas de corrupção mantidos com esses governantes ou se foram instrumentos das disputa do poder político numa articulação envolvendo parcelas do judiciário, das corporações midiáticas, do capital e da elite conservadora do país para acabar com a hegemonia política do PT. Me parece que as opções não são excludentes.

De forma esquemática, pode-se dizer que o dispositivo urbano-político em questão se estabelece a partir da formação do consenso neodesenvolvimentista e neoliberal que articula políticas sociais e políticas econômicas, planejamento “estratégico” e “participativo” das cidades, integrando novas práticas e instrumentos de gestão democrática das cidades e do orçamento público à velha gramática da política clientelista e eleitoreira que caracteriza o Estado Brasileiro, tudo isso sob a governabilidade “a qualquer custo” que se intensificou dos governos Lula aos governos Dilma (VAINER, 1999; ROLNIK, 2009; NOVAES, SANTOS JUNIOR, 2016). PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), Minha Casa Minha Vida, UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), BRT, VLT, Teleférico, Megaeventos, Porto Maravilha, Bolsa Família, Nova Classe C, são algumas das expressões, projetos e programas que emergem no interior desse dispositivo (suas linhas de enunciação e visibilidade), que encontra no Rio de Janeiro um laboratório privilegiado de ação pela aliança costurada entre o PT (nível federal) e o PMDB (nível estadual e municipal), o empresário Eike Baptista, parcerias público-privadas com grandes empreiteiras (Odebrecht, OAS, Carioca Engenharia, etc.), as organizações Globo (com forte influência na cidade), além da FIFA e o COI, que viram na imagem cartão-postal da cidade um potencial mercantil-espetacular para os negócios derivados dos megaeventos esportivos que a cidade sediaria. As relações entre estas entidades comporiam as principais linhas de força do dispositivo.

Como um exemplar em meio a centenas de casos similares no Rio de Janeiro e em todo o Brasil, o complexo do PAC Manguinhos é, afinal, um enorme “pedaço de cidade” produzido por este dispositivo. A elevação da linha férrea e as chamadas “Ramblas” de Manguinhos constituem a espinha dorsal do plano de intervenção urbanística, cujo escopo incluiu habitações para famílias removidas de áreas de risco ou que receberiam equipamentos e abertura de ruas, e um “centro cívico” composto pelo Colégio, Casa da Mulher, Farmácia Popular, Clínica da Família, Unidade de Pronto Atendimento (UPA), Centro de Referência da Juventude (CRJ), Casa do Trabalhador, o CAPS e a Biblioteca Parque Manguinhos⁷. Se fosse avaliado apenas pelo conjunto de substantivos que o compõe, este “pedaço de cidade” teria tudo para ser celebrado: habitação social aliada a

⁷ Desenvolvido pelo arquiteto Jorge Mario Jauregui, o projeto Rambla de Manguinhos foi apresentado na exposição Small Scale, Big Change: New Architectures of Social Engagement, no MoMA, em Nova York, entre 3 de outubro de 2010 e 3 de janeiro de 2011. (CARVALHO, et al. 2018)

um conjunto de equipamentos culturais, educativos e de saúde articulados localmente por caminhos pedestres, ciclovias e praças, conectando-se ao sistema de transporte de massa por uma estação modernizada, em um bairro pobre até então ignorado pelas políticas urbanas estatais. Contudo, moradores e pesquisadores apontam diversas contradições, incompletudes e erros no projeto, muitos dos quais poderiam ter sido evitados se os moradores tivessem sido realmente ouvidos e as decisões tomadas estivessem efetivamente abertas à sua participação, como o programa prometia (BENETTI, 2018; CARVALHO *et al.* 2018⁸).

Não é o objetivo desta reflexão adentrar nos problemas específicos deste projeto e do PAC, que já foram objeto de crítica rigorosa sob diversas óticas⁹. O que o encontro com a Ocupa Compositor enseja é um perscrutar paradoxos e fissuras que despontam das linhas do dispositivo que lhe atravessam. Como se justifica, por exemplo, tamanho vulto de investimentos sem a mais básica integração e correspondência à altura em políticas públicas que dessem sustentação qualitativa ao dia-a-dia desses equipamentos urbanos voltados à educação, cultura, saúde, trabalho numa área com déficit histórico de cidadania e, portanto, onde é naturalmente mais difícil a implementação de processos de transformação efetiva? Foi isso o que a potência de transformação gestada na “Ocupa Compositor” anunciou indiretamente, ao denunciar por seus gestos construtivistas que o modelo que produziu este “pedaço de cidade” não foi capaz de se sustentar e que, para um enfrentamento efetivo da lógica perversa de reprodução de desigualdades urbana e de cidadania, faz-se necessário, além de grandes projetos, a construção em termos equivalentes de importância de uma pedagogia emancipatória articulando os tecidos social e urbano.

⁸ Em alguns casos, problemas históricos da favela foram ignorados ou não foram contemplados pela inversão de prioridades e mesmo como efeito colateral das obras do PAC. É o caso dos Alagamentos, verificados nos trabalhos do arquiteto André Luiz Carvalho e estudantes de arquitetura e engenharia junto a moradores da Rua São José. “Uma das principais queixas estava no problema das enchentes, muito piorado com a elevação do nível da nova via, duplicada, e com a criação de pontilhões que represam o escoamento das águas de transbordo dos poluídos rios Jacaré e Faria Timbó. Relatos, comprovados por vestígios e imagens, mostram que, depois das obras do PAC, as enchentes ampliaram bastante em volume e em ocorrência os índices de alagamentos.” (CARVALHO *et al.* 2018)

⁹ Para uma análise crítica de múltiplos aspectos do PAC Favelas, a partir das experiências nos Complexos de Manguinhos e Alemão, ver a coletânea “Leitura sobre políticas públicas: o PAC Favelas como mirante de observação” (PIVETTA, *et al.*, 2018). Para uma avaliação considerando aspectos quantitativos e uma crítica dos arranjos institucionais do PAC Favelas no Rio de Janeiro e em outros estados ver “Urbanização de Favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC” (CARDOSO e DENALDI, 2018)

Assim agem as linhas de fuga no âmbito de um dispositivo. Não obstante inseparáveis dos seus regimes de poder e visibilidade, são imprevisíveis e indetermináveis por estes. “Pois também uma linha de subjetivação é um processo, uma produção de subjetividade: ela está pra se fazer, na medida em que o dispositivo o deixe ou torne possível (...). É um processo de individuação que diz respeito a grupos ou pessoas, que escapa tanto às forças estabelecidas como aos saberes constituídos” (DELEUZE, 1996). É por isso que as linhas de fuga são aquelas que interessa a Deleuze seguir, e que constituem para o filósofo a atualidade de um dispositivo. Enquanto linhas de devir, elas apontam sempre para um novo dispositivo, ainda que em sua capacidade de traçar processos de criação elas não cessem de “fracassar”. Por outro lado, elas ajudam a expor os paradoxos inerentes ao dispositivo.

É o caso da fratura entre a discursividade da política urbana de Estado e o desenvolvimento urbano posto em prática pelos governos. Por um lado, vimos as redes do planejamento urbano progressista difundirem, dentro e fora do Estado, o uso dos instrumentos do Estatuto da Cidade e o ideário da gestão democrática das cidades nas linhas traçadas pelo Movimento Nacional pela Reforma Urbana. Este arcabouço jurídico-ideológico informou programas e planos governamentais em todas as esferas de governo sob orientação do Ministério das Cidades. Por outro lado, os modos como efetivamente eram mobilizados os recursos públicos para a política urbana se tornavam cada vez mais reféns da mesma lógica financeira, por meio de mecanismos de financiamento e licitações desenhados para favorecer os interesses da aliança político-empresarial.

Estes processos coexistiram, modulados regionalmente e pelas escalas administrativas, gerando conflitos e um gap crescente que aparentemente poderia ser obliterado pela ideia geral de que a injeção maciça de recursos públicos no desenvolvimento urbano, ao produzir arquiteturas e infraestruturas para o povo, aqueceria o mercado interno, gerando empregos, ampliação do acesso a bens e serviços e, enfim, progresso. Uma matemática cristalina, sem espaço para nuances sociológicas, geográficas, ecológicas ou urbanísticas. Essas, contudo, tornaram cada vez mais latente a tensão inconciliável entre os números ilustrados pela pirotecnia do marketing eleitoral e os efeitos na vida cotidiana daqueles que eram simultaneamente atravessados pelas linhas que enunciavam a democracia e a ascensão social e as linhas de força da máquina neoliberal de mercantilização da cidade, do projeto urbano e do próprio cidadão-

consumidor-endividado (ARANTES, 2013; HARVEY, 2014).

Em sete anos, sob os mesmos governos em aliança na escala nacional, estadual e municipal, dois equipamentos já haviam sido extintos (Casa da Mulher e Farmácia Popular), a escola já estava em ruínas, as “ramblas” e praça completamente deterioradas, e a Biblioteca Parque fecharia com a crise do Estado, um dos legados da desoneração fiscal, obras superfaturadas e dos gastos descontrolados com os megaeventos esportivos¹⁰, legado-cicatriz que não fechará tão cedo. Se esta é uma percepção que já figurava em 2016, neste 2020 em que a cidade assume o título de Capital Mundial da Arquitetura em meio a uma pandemia cujos efeitos territoriais são exponencialmente mais letais nos bairros populares, fica evidente a precariedade e desigualdade de condições sanitárias na cidade, expressão do vácuo profundo de política urbana. Reduzida ao que o dispositivo anterior produziu de pior — a militarização das favelas e o recrudescimento da violência de Estado nos territórios populares¹¹ — expõe também a fragilidade das políticas e projetos executados sob aquele dispositivo.

Há porém o outro lado do paradoxo, ou uma de suas mais potentes linhas de fuga. É que foi em meio a esse mesmo dispositivo político-urbano que essa subjetividade que nos encantou também se produziu, e de modo ainda mais potente, ao se voltar contra ele. Para o que estava em jogo nas ações dessa juventude periférica, não importava se naquele momento Dilma era vítima de um golpe, o PT e o Lula eram perseguidos por uma nova aliança das direitas. Como nas diversas ocupações parceiras, não se viam representados pelos nomes daquela placa e não permitiam que partidos entrassem na ocupação, nem mesmo bandeiras da UBES. No entanto, a partir de seu ocupar-habitar a escola produziam-se novos modos de fazer política, educação e cidade.

Quando a escola vira rua: por outro urbanismo

Neste pós-evento em que nos situamos, cabe ao desejo ressoar que experiências como as ocupações não se encerram na duração dos acontecimentos pois liberam forças,

¹⁰ <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/obras-do-pac-em-favelas-do-rio-foram-superfaturadas-diz-tce-rj.ghtml>. Acessado em dez/2019

¹¹ As polícias Civil e Militar, que estão sob o comando do Governador Wilson Witzel, foram responsáveis por 41,5% das mortes violentas na região metropolitana do Rio de Janeiro. A violência estatal atingiu patamares inéditos durante a intervenção federal ao longo de 2018, mas sob Witzel os números vem aumentando ainda mais. Dados do Instituto de Segurança Pública (ISP) conforme reportagem do El País. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/21/politica/1566423448_948955.html. Acessado em dez/2019.

realizam mutações micropolíticas, que já se distribuíram, multiplicaram e estimularão experiências futuras, ainda que sob outras formas e acionadas por novas urgências. As práticas rebeldes, afinal, circulam por contágio e se tornam repertório comum das lutas sociais. Ainda desta posição, agora no campo reflexivo que também nos cabe, é possível, a partir desta experiência, prospectar a gestação de formas de urbanismo alternativas, que se mostram latentes em suas dinâmicas ainda que sistematicamente reprimidas ou desqualificadas enquanto saber legítimo pelas instâncias de poder e saber dominantes (BRENNER, 2010; FOUCAULT, 1998).

Em outubro de 2013, na segunda onda de manifestações que cresceram nas ruas do Rio de Janeiro depois de junho disparadas por outra greve dos professores da rede pública, estudantes e professores levaram a escola para a praça e para a rua, fazendo da rua espaço de novas formas de aprendizagem, como na aliança entre sindicatos e *black blocs* (GOMES, 2013), situação que vem se repetindo com maior intensidade a cada greve de professores e estudantes. Em 2016, com a onda de ocupações secundaristas, foi a vez da rua ir para a escola, quando a ocupação povoou o outrora compartimentado e normativo espaço-tempo do colégio por práticas, gestos e saberes “de fora”, fazendo, porque não, da escola espaço de novas formas de urbanismo.

Na sua pedagogia da autonomia, Paulo Freire (2019) propõe que se reconheça a importância das experiências informais que se dão nas ruas, praças, pátios de recreio, ampliando a compreensão do que seja educação e do que seja aprender. Nos convida a levar à sério os saberes que os alunos trazem de seus territórios e também aqueles que se produzem na pluralidade de gestos que se cruzam nos espaços e situações informais da própria escola. Com isso, nos lembra que “há uma pedagogicidade indiscutível na materialidade do espaço” (p. 45), junto à qual poderíamos acrescentar: uma politicidade das relações urbanísticas que passa pela formação de comunalidades, pelas negociações e rearranjos constantes que se produzem na construção dos lugares e pelos usos e significados atribuídos eles pelos habitantes.

Luiz Antônio Simas (2019) reverbera esta compreensão, lembrando o papel da rua como espaço formador de crianças e jovens e, de certo modo, mitigador do efeito padronizador dos comportamentos do modelo escolar ocidental ainda dominante, fundamentado no ensino seriado e na fragmentação dos conteúdos. “Se a escola normatiza, a rua permite o convívio dos diferentes”. Trata-se de uma pedagogia da rua,

que passa pela disponibilidade de tempo e espaço para a brincadeira, ou seja, a mistura dos corpos e a experimentação livre; e também pela experiência da escassez e do precário, que se tornam motores da invenção. Basta pensar que a rua na escola ocupada foi a força que colocou o samba, o batuque e o gingado de alunos que cresceram ouvindo a gramática dos tambores — portadora de uma “sofisticada pedagogia transmitida dos terreiros à avenida”¹² e agora à escola — lado a lado com a conversa sobre a democracia puxada por filósofos e historiadores, a produção de alimento e as trocas de saberes e técnicas com gentes de fora.

Na mistura da pedagogia da escola com aquela das ruas, um certo urbanismo, indissociável da prática educativa, começa então a se rascunhar, ali na encruzilhada da linha de fuga de um dispositivo urbano-político em ruínas com as pedagogias mais radicais, onde a escola age como ponto de reverberação de um território-em-processo de construção das possibilidades de habitar o mundo de outras formas, mais coletivas, autônomas e combativas. Um urbanismo rebelde, porque efetuado por ações diretas que transformam os territórios existenciais e físicos, inventando outros modos de viver junto a cidade. E também uma outra política urbana, feita fora de secretarias e gabinetes de planejadores, como prática cultivada a partir dos revezamentos e contaminações entre escola e rua, onde se produzem novos vínculos entre cidade e política.

Algumas pistas

Pode soar anacrônico falar de potências e invenções políticas criadas nas linhas de fuga de um dispositivo que já se rompeu a favor de outro em que o urbano aparentemente não tem o mesmo protagonismo e pareça até mesmo um problema menor. Contra as armadilhas que o pensamento da conjuntura coloca às temporalidades da reflexão crítica, pensadores como Stengers e Pignarre (2011) sugerem que frente aos problemas colocados pelos acontecimentos, a questão não é apenas de como continuá-los, mas como herdá-los, justamente por não sermos na maioria das vezes capazes de corresponder à tempo às suas urgências. É mesmo possível que as ocupações falassem uma linguagem e desenhassem territórios para os quais a maioria de nós não estivesse preparado para

¹² Simas (2019, pp. 29-32) lembra que “em diversas culturas os tambores contam histórias (...) e têm gramáticas próprias, que muitas vezes expressam o que a palavra não alcança”. (...) “Há no idioma dos tambores um potencial educativo vigoroso de interpretação da vida. É sempre tempo de reconhecer as possibilidades didáticas que os atabaques tiveram na formação das crianças de terreiro e escolas de samba.”

compreender. Porém, acredito que muitos dos que participaram ou foram afetados por sua existência ainda sonhem e busquem naqueles cantos a cura e inspiração para dilemas do presente. Nós educadores, urbanistas e pensadores sensíveis às inquietações gestadas nas ocupações secundaristas podemos nos desafiar a herdar seu grito por cidadania, pelo direito à cidade e à educação digna, ainda atuais.

As ocupações foram expressões palpáveis de uma linha de subjetivação que, descolando-se dos regimes de visibilidade e enunciação dominantes no âmbito macropolítico, traçou caminhos de invenção e, por meio de suas formas de luta, apontou novos problemas a partir dos paradoxos daquele dispositivo urbano-político. Se for possível falar de um dispositivo urbano-político atual, ele certamente ainda é recente demais, o que faz da tarefa de desenredar sua meada mais difícil do que a de um dispositivo que já se desarticulou. Há, no entanto, como pensar o lugar do urbano e da educação no âmbito dos enredos atuais, que podem ser divisados em meio às enunciações e visibilidades produzidas pelas forças políticas que determinam hoje a esfera da governamentalidade.¹³

Em que pese a aparente subtração do urbano nos temas do debate político, ao menos até a chegada da Covid-19 no país, não significa que as cidades passassem ilesas. Se oficialmente a política urbana de Estado hoje pareça ser apenas a progressiva descontinuidade ou desconstrução da política urbana anterior, tendência que começa no governo Temer com a aprovação da “PEC do Teto”¹⁴, a produção urbana prossegue, ainda que não coordenada, reverberando os atuais processos políticos, econômicos e culturais. Entre suas expressões podemos observar o aumento da pobreza urbana, do trabalho precarizado e da população em situação de rua, dos desastres ambientais, da intolerância à diferença e, sobretudo, a exacerbação da violência, seja enquanto dado concreto, seja enquanto imaginário coletivo e engrenagem ideológica.

Aquilo que Mike Davis (2001) chamou de “ecologia do medo” adquire assustadora atualidade pelo casamento entre a tendência neoliberal à atomização geral da sociedade,

¹³ “Se o Estado é hoje o que é, é graças a essa governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado. São as táticas de governo que permitem definir a cada instante o que deve ou não competir ao Estado, o que é público ou privado, o que é ou não estatal, etc.; portanto o Estado, em sua sobrevivência e seus limites, deve ser compreendido a partir das táticas gerais da governamentalidade”. (FOUCAULT, 1998, p. 292)

¹⁴ Proposta de Emenda Constitucional do teto dos gastos públicos, que congelou o valor das despesas e investimentos públicos por 20 anos (PEC 241 na Câmara dos Deputados e PEC 55 no Senado Federal).

força que enfraquece valores e práticas coletivas e comunais, e a própria ideologia do populismo de direita, que se prolifera a partir de uma “micropolítica reativa”. Absorvendo as angústias de uma subjetividade que vê seu mundo desabar, esta ecologia produz consumidores vorazes de fórmulas rápidas e simples para a salvação ou a explicação das suas crises. Tanto faz se são remédios, igrejas, os muros de um condomínio, discursos intelectuais ou bodes-expiatórios (uma pessoa, uma cor de pele, um tipo de sexualidade, uma classe social, uma ideologia, um partido), desde que “lhe sirvam de tela para a projeção de seu mal-estar transformado em ódio ou ressentimento” (ROLNIK, 2016). O medo, este afeto que enfraquece ou conduz à violência, tem se proliferado na vida urbana. No entanto, além dele há ainda outros afetos que, diante do mesmo quadro, insistem pela construção de corpos coletivos que sustentam arranjos sociais, existenciais e territoriais baseados em uma “micropolítica ativa” na defesa da solidariedade e da diversidade.

A educação pode ser considerada como esfera de insistência desta micropolítica e como uma entrada potente para as lutas urbanas atuais. Quando seguimos as linhas de enunciação dos sujeitos políticos que pautam as disputas no campo das visibilidades, percebemos sem dificuldade que os espaços educativos e as políticas de educação constituem um dos fronts de investimento das forças que hegemonomizam o dispositivo. Por um lado, porque enquanto culturalmente “conservadoras” têm medo de seu potencial libertário e contestatório. Por outro, porque a educação constitui um bem comum urbano¹⁵, e como tal é alvo de captura e financeirização pela máquina neoliberal.

Uma das bandeiras do bolsonarismo é sua cruzada contra as universidades e o ensino público autônomo e crítico. Cortes de verbas, Militarização das escolas, sucessivos ímpetos privatistas (como o programa “Future-se”), campanhas difamatórias, foram fatores que inflamaram a revolta dos setores ligados à educação e provocaram os maiores protestos do primeiro ano de governo Bolsonaro¹⁶. Esses fatos dão pistas de que assim como foi o papel do desenvolvimento urbano no dispositivo anterior, consideradas diferenças de natureza e medida, a educação pode ser um campo de confluência das linhas

¹⁵ Apesar da necessária distinção entre o “público” e o “comum” a partir das relações sociais que os sustentam, a educação pública como equipamento governado pelo Estado torna-se um bem comum quando forças sociais e comunitárias se apropriam dela, atribuindo-lhe valor não-mercantil, protegendo-a e aprimorando-a em benefício de uma comunalidade (HARVEY, 2014 p. 144).

¹⁶ Os protestos estudantis no Brasil em 2019 ocorreram nos dias 15 de maio, 30 de maio e 13 de agosto, contra cortes na educação do ensino básico ao superior. ver: https://pt.wikipedia.org/wiki/Protestos_estudantis_no_Brasil_em_2019. Acessado em dez/2019.

de força, visibilidade e enunciação no dispositivo atual.

Estas pistas nos incentivam a especular um campo de possibilidades que podem se abrir na ativação ou reativação de múltiplas formas de aproximação entre educação e cidade. Encontros e agenciamentos compreendidos como urbanismo rebelde e alternativo porque instigadores de políticas urbanas radicalmente experimentais e inventivas traçadas por trilhas e desvios atentos aos caminhos que levaram à inflexão do urbanismo progressista no enfrentamento da máquina de urbanização neoliberal. Ainda que não seja o caso de defender novos modelos a seguir, reconhecer a ocupação como ação política, mas também como ação de habitar e simultaneamente como criação de um modo de redesenhar os espaços coletivos, é um passo importante para a crítica dos limites das formas atuais de pensar e fazer urbanismo. Herdar e sonhar com a energia política das ocupações secundaristas é ouvir os chamados a práticas de urbanismo de um aqui, agora e adiante que busquem criar oportunidades, tantas quanto forem possíveis, de encontros com a escola, com estudantes e educadores. Práticas que se cuidem contra a tendência produtivista a atrair adesão a projetos acabados mas, pelo contrário, com a consciência do inacabamento para a qual nos atenta Paulo Freire, coloquem-se abertas e disponíveis, tanto quanto obstinadas e desejantes, a articular territórios com pontes e conexões que produzam conhecimento e ação sobre a cidade e os modos de habitar mais de acordo com as sensibilidades que despontam nas linhas de fuga dos dispositivos que nos enredam.

Bibliografia

ARANTES, Pedro Fiori. *Da (Anti) Reforma Urbana a um novo ciclo de lutas nas cidades*. 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cidades/Da-Anti-Reforma-Urbana-brasileira-a-um-novo-ciclo-de-lutas-nas-cidades-/38/29523>. Acessado em dez/2019.

BENETTI, Pablo. PAC Manguinhos, uma Oportunidade Perdida. In: PIVETTA, Fátima et al. (Orgs). *Leituras sobre políticas públicas : o PAC Favelas como mirante de observação*. Rio de Janeiro: ENSP - FioCruz, 2018.

BRENNER, Neil. O que é teoria crítica urbana? *e-metrópolis: revista eletrônica de estudos urbanos e regionais*. Ano 1, nº 3, pp. 20-28. Dez, 2010.

CARDOSO, Adauto Lúcio; DENALDI, Rosana (Orgs.). *Urbanização de favelas no Brasil: um balanço preliminar do PAC*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

CARVALHO, André Luiz; GALLO, Eric; TAVARES, Gustavo . Insurgências, Desigualdades Sociais e Urbanismo Contemporâneo: A Rua São José e as incompletudes do PAC Manguinhos. In: PIVETTA, Fátima et al. (Orgs). *Leituras sobre políticas públicas : o PAC Favelas como mirante de observação*. Rio de Janeiro: ENSP - FioCruz, 2018.

DAVIS, Mike. *A ecologia do medo: Los Angeles e a fabricação de um desastre*. Rio de Janeiro: Record, 2001

DELEUZE, Gilles. O que é um dispositivo. In: *O mistério de Ariana*. Lisboa: Ed. Vega – Passagens, 1996.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Tradução de Roberto Machado (org.). 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 60ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GOMES, Ricardo. *As acumulações das lutas e os Exus materialistas*. Out/2013. Disponível em: <https://pegarosolcomamao.wordpress.com/2013/10/03/as-acumulacoes-das-lutas-e-os-exus-materialistas/> acessado em jun/2017.

HARVEY, David. *Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014

KRENAK, Ailton. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MELLO, Marco Antonio da Silva; MOLLICA, Orlando; VOGEL, Arno. *Quando a rua vira casa : a apropriação dos espaços de uso coletivo em um centro de bairro [1981]*. 4ª ed. rev. aum. NITERÓI: Eduff, 2017.

NOVAES, Patrícia Ramos; SANTOS JUNIOR, Orlando. Rio de Janeiro: Impactos territoriais e o ajuste espacial na cidade olímpica. *e-metropolis: Revista eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*, Ano 7, v. 2, pp. 12-25, 2016.

PIGNARRE, Phillippe; STENGERS, Isabelle. *Capitalist Sorcery: breaking the spell*. London, UK: Palgrave Macmillan, 2011.

ROLNIK, Raquel. Democracia no fio da navalha: limites e possibilidades para a implementação de uma agenda de reforma urbana no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.11, n. 2. Novembro 2009.

ROLNIK, Suely. *A hora da micropolítica* (Série Pandemia). São Paulo: n-1 edições, 2016.

SCHVARSBURG, Gabriel. *Política das ruas: devires, feitiços, encruzilhadas e outras histórias de cidade*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2017.

SILVA, Itamar. O Provisório Permanente: favela para Christine Lagarde ver. In: PIVETTA, Fátima et al. (Orgs). *Leituras sobre políticas públicas : o PAC Favelas como mirante de observação*. Rio de Janeiro: ENSP - FioCruz, 2018.

SIMAS, Luiz Antônio. *O corpo encantado das ruas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Plano Estratégico Urbano. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A Cidade do Pensamento Único: Desmanchando Consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000.